

STJ00115483

ALEXANDRE BURMANN

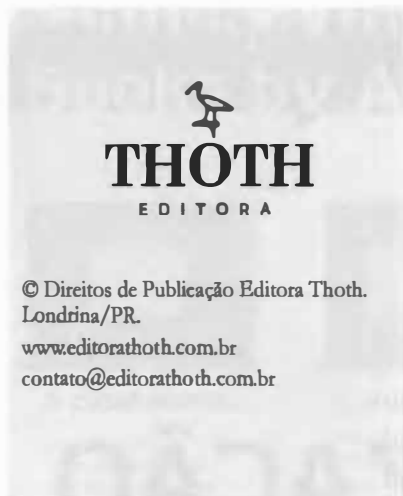
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

TEORIA E PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



Burmann, Alexandre.
Fiscalização Ambiental: Teoria e prática do processo administrativo para apuração de infrações ambientais / Alexandre Burmann. – Londrina, PR: Thoth, 2022.

202 p.

Bibliografias: 129-133

ISBN : 978-65-5959-337-8

1. Direito Ambiental. 2. Direito Administrativo. I. Título.

CDD 341.347

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Claudia Vanessa Bergamini

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Ambiental : 341.347

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.ª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

1229878

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

AUTOR.....	7
PALAVRA DO AUTOR.....	11
APRESENTAÇÃO.....	13
PREFÁCIO	15

CAPÍTULO 1

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....	21
1.1 Responsabilidade Ambiental Constitucional.....	21
1.2 Responsabilidade Administrativa Ambiental	25
1.3 Responsabilidade Administrativa Ambiental na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	28
1.4 Elemento subjetivo ou nexo de causalidade?	33
1.5 Do Parecer da Procuradoria-Geral do Ibama.....	35

CAPÍTULO 2

COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAÇÃO.....	39
2.1 Constituição Federal e Regras de Competência.....	39
2.2 Características Gerais da LC n.º 140/11.....	42
2.3 Requisitos mínimos para o licenciamento (e fiscalização)	44
2.4 O que é órgão ambiental capacitado?	46
2.5 Conselho de Meio Ambiente.....	47
2.6 Lei Complementar n.º140/11 e a Competência para Fiscalizar.....	48

CAPÍTULO 3

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.....	55
3.1 Infração Administrativa Ambiental.....	55
3.2 Base Legal.....	60
3.3 Princípios de processo administrativo ambiental	61

3.4 Da Ação Fiscal.....	68
3.5 Do Acesso às Propriedades, Empresas e Domicílios.....	76
3.6 Da atuação e competência do fiscal ambiental.....	79
3.7 Da autoatuação.....	81
CAPÍTULO 4	
PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL	85
4.1 Considerações Iniciais.....	85
4.2 Do Infrator.....	86
4.3 Principais Prazos	87
4.4 Contagem de prazos	89
4.5 Do uso do Decreto Federal nº 6.514/08 x legislação especial (municipal/estadual).....	90
4.6 Fases do processo administrativo ambiental.....	92
4.6.1 Investigação preliminar	92
4.6.2 Auto de Infração	95
4.6.3 Infrações Administrativas Específicas	99
4.6.4 Sanções Administrativas	100
4.6.5 Da Conciliação	110
4.6.6 Defesa	112
4.6.7 Instrução e Julgamento	113
4.6.8 Recurso	119
4.6.9 Conversão de multa e termo de compromisso ambiental	121
4.6.10 Prescrição	125
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 225	135
LEI COMPLEMENTAR N° 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.....	136
LEI FEDERAL N° 9.605/98 – CRIMES AMBIENTAIS.....	147
DECRETO N° 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.....	149